

ECONOMIA - Brasil

SINAIS DA CRISE Economistas dizem que governo esqueceu função social do salário

Um reajuste sem impacto

REJANE AGUIAR

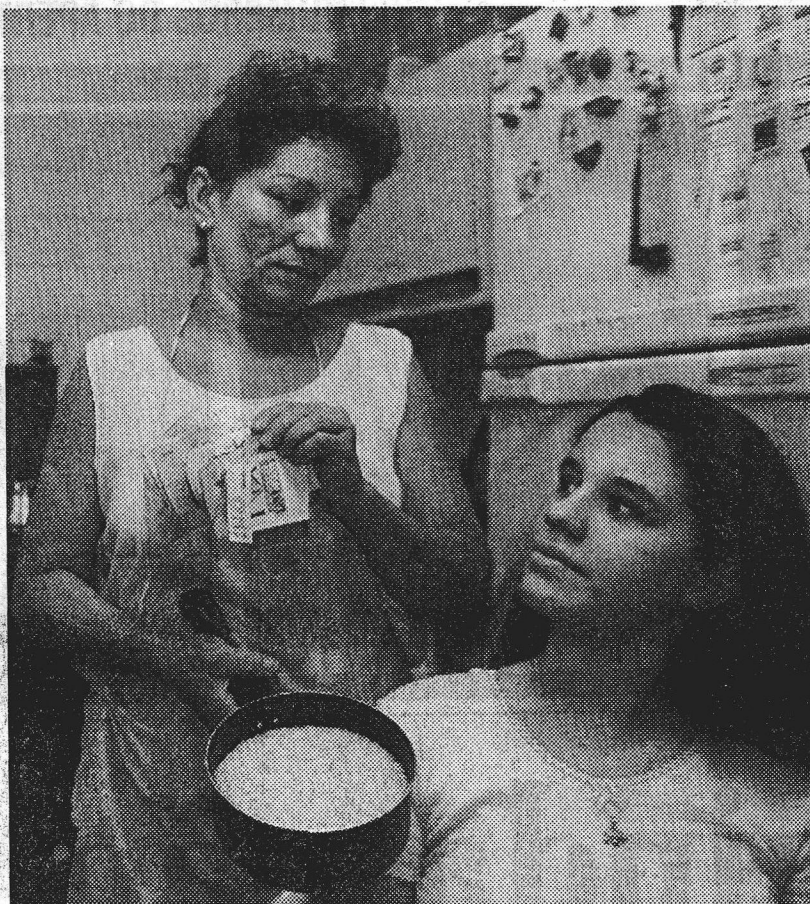
Agência JB

SÃO PAULO - A empregada doméstica Maria Olímpia de Jesus, 42 anos, tem dois filhos, mora na favela da Rocinha e ganha dois salários mínimos por mês. O marido, pedreiro, está desempregado. "O aumento de seis reais no salário mínimo só compra um saco de arroz de cinco quilos. Isso é a vergonha nacional", reclama.

A filha Cecília trabalha em uma rede de fast-food, recebe cerca de R\$ 80 por mês e ajuda nas compras. Emocionada, conta que há 22 anos não visita o pai, em Sergipe, porque não consegue juntar o dinheiro da passagem de ônibus. É por isso que o impacto na economia do aumento de R\$ 6 no salário mínimo deve ser tão reduzido quanto o percentual de 4,61% definido pelo governo para o reajuste do piso de rendimentos oficialmente em vigor no país.

Impacto - Cálculo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostra que, incluindo os aposentados, pensionistas e trabalhadores, o aumento do mínimo colocará este ano R\$ 2 bilhões a mais na economia. Com o pagamento do 13º salário aos trabalhadores, são injetados na economia cerca de R\$ 20 bilhões extras anualmente.

Recebem um salário mínimo de benefício previdenciário 11,8 milhões de pessoas, segundo o Ministério da Previdência Social, entre aposentados e pensionistas. Outros 1,925 milhão ganham um pouco



Olímpia, com a filha Cecília: "Aumento foi uma vergonha nacional"

mais, entre um e dois salários mínimos. Considerando que existem cerca de 14 milhões de trabalhadores recebendo o salário mínimo, em um universo de 69,3 milhões de ocupados, o Dieese chegou ao valor de R\$ 2 bilhões anuais de gastos extras.

Institutos de pesquisa econômica, como o Dieese, avaliam que não haverá qualquer impacto inflacionário. "Não irá aquecer a demanda nem criar

espaço para reajustes de preços que influenciem o custo de vida", observa Heron do Carmo, coordenador da pesquisa do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Ele acredita que a inflação continuará com tendência cada vez mais acentuada de queda nos próximos meses.

Panela - O economista acredita que um aumento de R\$ 10 traria

mais benefícios na distribuição de renda e o déficit da Previdência não é provocado pelo aumento do mínimo. "Os burocratas e os economistas de bancos não percebem que R\$ 10 a mais por mês para um cidadão que receba um salário mínimo, representa alguns quilos de arroz a mais na panela. A função social está sendo esquecida", destacou.

A maior parte do aumento deve ser destinada à alimentação. Na composição do Índice de Custo de Vida (ICV) da capital paulista do Dieese, os gastos com alimentação representam 35,5% do orçamento das famílias com renda média de R\$ 377,49. O peso de alimentação nas despesas das famílias com renda média de R\$ 2.792,90, cai para 23,3%. "Quanto mais pobre a família, maior a fatia do orçamento é reservada para alimentação", observa José Maurício Soares, técnico do Dieese.

O comércio não espera alterações. "Somente os supermercados devem sentir algum efeito porque vendem produtos alimentícios", analisa Emílio Alfieri, economista da Associação Comercial de São Paulo.

Soares, do Dieese, reforça a defesa do papel do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda no país. "Ao elevar os rendimentos dos mais pobres, empurra para cima a base da pirâmide social no Brasil", afirma. "Em um prazo mais longo, esse movimento pode provocar aumento de produção, de emprego e, por consequência, da receita da Previdência Social, contribuindo para o saneamento do déficit", completa.

Adriana Caldas